



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

REPRESENTAÇÃO E GOVERNABILIDADE DAS MULHERES: ARGUMENTOS SOBRE A POLÍTICA LOCAL NO ESTADO DA BAHIA

Claudia de Faria Barbosa
Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador, bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB e Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Juventudes, Identidades, Cidadania e Cultura – NPEJI/UCSAL, Salvador, Bahia.
E-mail: barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com

Considerações Iniciais e os Caminhos da Pesquisa

Apenas o gênio é levado a vida pública por seus dons pessoais e é dispensado desse tipo de decisão.

Hannah Arendt, 2008

O objetivo desse estudo foi verificar a representação e governabilidade das mulheres, a partir da atuação na política local nos municípios da Bahia, gestão 2005 – 2008. Essa pesquisa analisou a ação das prefeitas para além dos papéis exercidos na família para aqueles exigidos delas em cargo político. O artigo constitui uma tentativa de indicar os rumos em que a representação política no Brasil está sendo vivida e (re) pensada.

Partindo do pressuposto de que a legitimidade de novas práticas de representação é crucial para as inovações democráticas ensejadas, tanto no Brasil quanto a nível internacional, em ambos os contextos essa representação não é equitativa por gênero, raça e classe social. Para tanto, utiliza-se nesta construção um arcabouço teórico das ciências humanas e da epistemologia feminista, atrelada às “vozes” daquelas que vivenciam na prática cotidiana a dinâmica do poder que significa, entre outras coisas, a inserção de novos temas e sujeitos em um espaço de negociação de conflitos.

Contextualização Teórica



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

O interesse do texto reside em problematizar a questão do ponto de vista da representatividade das mulheres na política municipal, evidenciando não apenas que as posições no debate guardam relação com o contexto histórico brasileiro, conforme Dolnikoff, “no Brasil do século XIX as mulheres livres desfrutavam de cidadania civil, mas não política, uma vez que eram consideradas intelectualmente limitadas”. A condição feminina extremamente diferenciada dos homens, um homem negro já liberto “era considerado mais apto de que qualquer mulher, mesmo branca pertencente à elite” (2008, p. 12). Além desse aspecto considera-se o contexto cultural subjacente, no mundo inteiro as mulheres tiveram um espaço delimitado para exercer sua cidadania.

As discrepâncias no “campo político” não são naturais, elas foram construídas com interesses de dominação. Trata-se de um espaço delimitado, fechado e apresenta conveniências em sua perpetuação, apesar de tratar-se de uma “expressão dos interesses dos cidadãos que lhes deram a delegação para representá-los” (BOURDIEU, 2011, p. 198). O autor acredita que o fato de enunciar a lei dessas relações sob a forma de uma constatação pode ter efeitos opostos, por um lado permite encorajar pessoas com sentimento de exclusão a sentirem legitimadas, por outro, proporciona o favorecimento de uma tomada de consciência dessa ruptura e de sua ilegitimidade, de seu caráter arbitrário e com isso provoca algum tipo de mobilização para demolir essa fronteira.

Bourdieu, ao estudar sobre o “campo político”, interroga sobre o porquê da expressão. Frequentemente, os termos “arena política”, “lutas políticas” e “campo político” são corriqueiros. O último possui um conceito-chave para a compreensão de diversos aspectos da política do ponto de vista sociológico, “é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social”. Nesse micro espaço, há processos e fenômenos específicos que se deparam de forma diferenciada do todo, ou seja, ele se encontra “no interior do macrocosmo social” (BOURDIEU, 2011, p.195).

Transferindo para o quadro analítico que se propõe essa articulação, em um espaço autônomo, os sujeitos inseridos devem ter sua liberdade garantida. Será que as mulheres ao se inserirem no poder local em um cargo mandatário de prefeita, conseguem empoderar-se e levantar bandeiras contra as discriminações que sofrem em relação ao gênero, raça/etnia e classe social? Seria necessária uma “alquimia das categorias”, explicada como uma combinação de elementos em que “o alquimista ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

juntar categorias, ou elementos para uma transformação, transforma-se, chegando a um conhecimento singular e a um alter/auto conhecimento de si” (CASTRO, 1992, p. 59). Dessa forma, a representação alcançaria seu objetivo.

Freitas (2008, p. 42) explica que a “noção de representação surge de uma figura do direito privado, em que o representante tem obrigação legal em relação ao representado”. Na concepção da política moderna surge o pensamento de que o sujeito representa e deve decidir pelos outros, ações do grupo. “O poder que é concedido, versa, sobretudo, sobre a possibilidade de decidir, conforme seu entendimento, de tudo o que é melhor para a nação como um todo”.

Ao buscar aprofundamento no assunto, o tema se torna complexo e exige um deslocamento do olhar, atentando para as conexões entre, por um lado, o papel da mulher na sociedade e, por outro, novas inserções no campo político com uma mudança para opções de representação em lacunas deixadas por familiares, que em alguns casos fazem-no de forma complementar, ora porque essas mulheres não visaram ocupar tal posição que as empreitadas exigem, tornando-se demorada a capacidade de tomar decisões e conscientizar da real importância dessas participações. “Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis” (CAVALCANTI, 2004, p.32)

A reflexão leva a consciência de gênero, que precisa ser despertada para que as mulheres se mobilizem mais no sentido de se candidatarem para cargos eletivos. A “ideia de identidade como um sistema de sentimentos e representações que especifica e singulariza o indivíduo dentro de sua cotidianidade precede um processo de consciência, entendida como um produto da situação social e da resistência” (COSTA, 1998, p. 157).

De um lado, perpetua-se a ideia de que a mulher deve permanecer com suas atribuições e funções na esfera privada da família, por outro lado, “grita-se” pela participação delas no espaço público em condições de igualdade. O paradoxal é que, conforme Chauí (1984, p. 27) “as mulheres cujas memórias são cultuadas nas primeiras são graciosas, laboriosas, respeitáveis em seu recato e domesticidade; as mulheres cuja memória é conservada no segundo parecem providas de forças externas, postas entre a luxúria e o desejo do poder, arditosas e ativas”. Esses estereótipos são presentes no cotidiano das mulheres que vivem esses conflitos existentes entre o público e o privado



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a caminho de uma evolução, que é gradual e exige esforços.

A evolução social das mulheres, as transformações de sua atuação no grupo doméstico e familiar, além da inserção no mercado de trabalho vêm contribuindo para o empoderamento e consciência de gênero. Giddens (1998, p. 10) reconhece que “as mulheres comuns, que tratam de suas vidas cotidianas, e também os grupos conscientemente feministas – foram pioneiros em mudanças de grande e ampla importância” na sociedade contemporânea.

A UNIFEM (2009) parte da assertiva de que as mulheres devem-se empoderar para participar plenamente da vida em todos os setores e níveis. Esse empoderamento é essencial para construir economias fortes, estabelecer sociedades mais estáveis e justas, atingir objetivos internacionalmente acordados para o desenvolvimento, a sustentabilidade e os Direitos Humanos, melhorar a qualidade de vida das mulheres e, conseqüentemente, homens, crianças, famílias e comunidades, além de impulsionar o desenvolvimento e promover a paz.

Não se trata apenas de mais mulheres no poder. A consciência delas sobre a importância do papel que representam é fundamental e determina suas capacidades para lutar em prol daquelas que sofrem discriminações e são vulneráveis a pobreza, violência e miséria. Conforme esclarece Phillips (2001, p. 289), “é na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não uma oposição falsa entre uma e outra”, somente faz sentido a presença da mulher na política enquanto sujeito que luta por melhores condições de vida para as mulheres, com consciência do papel a desempenhar ao chegar aos espaços de poder e que exerçam sua cidadania nos espaços público e privado fazendo valer o princípio da não-discriminação. Também, aquelas que abarcam o desafio de reivindicar valores igualitários e democráticos, que buscam transformar valores sociais e práticas culturais discriminatórias em uma bandeira de luta contra a violência doméstica, familiar e de gênero, se preocupam com a proteção dos Direitos Humanos e reconhecem que o seu “empoderamento” deve ser utilizado em favor de mulheres que vivem em condições de extrema pobreza e vulnerabilidade para interferir diretamente na construção de um mundo em prol de justiça e liberdade sociais.

Delimitando Sujeitos, Contextos e “Vozes”



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Parafrazeando Saffioti (2004, p. 103), “é absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituída” (SAFFIOTI, 2004, p. 103). Nesse sentido, o estudo permite evidenciar aspectos vividos pelas mulheres, prefeitas dos municípios da Bahia, gestão 2005-2008, um total de trinta e sete. As entrevistadas auto declararam brancas e pardas, nenhuma afirmou ser negra ou afro-descendente. Isso demonstra outro tipo de desigualdade, a étnico-racial. Para Stolcke (2004) os mecanismos ideológicos e políticos tendem a adaptar as experiências e identidades, sejam por ser das mulheres, mas também por condições de classe e raça.

O partido dessas prefeitas não é um assunto relevante para todas. Embora, existam casos em que a fidelidade é bastante considerada, como demonstra a prefeita 5, “Há quatorze anos me mantenho fiel ao partido e sou muito grata por ter me oportunizado essa conquista”.

A carreira profissional delas se mostrou voltada para uma educação que molda “perfis femininos”, predominando na área da educação. Com referência à profissão, 54% delas possuem formação voltada para a área educacional, são professoras, pedagogas, e, em alguns casos, já exerceram o cargo de Secretária Municipal de Educação. Isso se coaduna com a história das mulheres no Brasil (LOURO, 2001). Fato curioso é que a maioria das que se declaram dispostas a conceder entrevista para este estudo são profissionais dessa área.

Tudo do meu legado de professora se constitui a base de minha vida política. Eu agradeço a Deus por ser educadora em primeiro lugar, antes de qualquer coisa. Sou educadora e me relaciono com a linguagem lúdica da criança. Eu aprendi, como educadora, que é preciso colocar os sentimentos nas ações (PREFEITA 5).

Observou-se ainda que estas, em geral, têm mais consciência e comprometimento com o papel que representam, o magistério, embora ainda considerada profissão feminina por muitos, contribui para a formação política, influenciando a trajetória e, posteriormente, a eleição das mulheres. Entretanto, não é adequado generalizar tal influência, nesse caso específico, demonstrou que gênero e educação, público e privado se mesclam.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As demais estão distribuídas da seguinte maneira: médicas e advogadas representam 8%, assistente social 5%, bióloga, administradora, bancária, comerciante, agente de viagem e pecuarista representam 16% e 5%, não informaram. Existem aquelas que fizeram outro curso posterior, a exemplo do curso de Direito, provavelmente para dar suporte à carreira política. Isso demonstra que, além do fator familiar e militância, a educação é o caminho para o acesso ao poder e opções para continuação de trabalhos específicos. É o que demonstra a prefeita 1.

Eu gosto muito do serviço social. Eu vim dele e vou voltar para ele. Eu pretendo, quando sair da prefeitura, dar muita atenção à associação que eu criei e a cooperativa, que quero continuar. Estou com um projeto de fazer uma central de beneficiamento e implantar a cooperativa de catadores, em parceria com os municípios vizinhos...

Ao analisar o grupo familiar de pertença verifica-se que 24% são filhas e/ou (ex) esposas de homens que exerceram algum cargo político, como de prefeito, vereador, deputado. Prefeitas que se ascenderam no cargo como sucessoras e coadjuvantes, integradas a um projeto familiar. Em uma situação fundada na divisão sexual do trabalho familiar para o exercício da política. Há sinalização de parentesco indireto, embora não foram averiguados nesta pesquisa. A maioria tem origem na família extensa, isso demonstra a importância da rede familiar como apoio político local. “Dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela, hoje, como no passado, é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo eletivo” (PALMEIRA, 1996, p. 46). “Sou de uma família extensa, mas não sou de descendência de políticos” (PREFEITA 6).

A prefeita 5 relata como se inseriu na política e que nunca mais “conseguiu” sair. Remete àquele instante em que se “descambou” para a política e a sua importância para a participação no cenário municipal. Acrescente-se que, num momento extremamente difícil, com o objetivo simplesmente de “ajudar o marido” conseguiu exercer sua cidadania em relação a uma disputa eleitoral complicada.

... eu vivia enclausurada nos meus próprios papéis de mãe, dona de casa, professora e esposa de médico. Eu era muito pouco conhecida no município. No interior tem muito esse estigma de madama, mulher de doutor e professora... A maior surpresa foi quando eu falei, numa terra de coronel, uma mulher poder falar e convencer não é comum.

Persistem os ranços, mas também há avanços. As contradições são presentes na



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

fala da prefeita, é como se ela estivesse deixando para trás todo o seu status de dama, dona-de-casa e mestra, assumindo os riscos de mudanças profundas nos papéis e atitudes. Um momento de abandonar uma representação perfeita dos “papéis femininos” para entrar na vida pública podendo exercer atividades e representações, até então para muitos, não definidos no rol de “obrigações” de uma “mãe de família”.

Afirma a Prefeita 3, “estou na política por necessidade de ajudar a comunidade. Imaginava que exercendo um cargo público pudesse colaborar com as pessoas sem condições”. As opiniões demonstram a presença da mulher ao buscar ser “cuidadora” com o objetivo de cumprir as obrigações do cargo, com responsabilidade, autonomia e competência, incluindo aqueles “valores” que foram embutidos por uma educação que modela perfis.

Em outro caso, a prefeita afirma ter despertado o interesse pela política, quando ao realizar um movimento junto com pais dos alunos do colégio em que trabalhava, percebeu a possibilidade de “poder fazer”. Ao assumir o cargo constatou que não é tão simples, conforme conta:

Eu era professora primária em uma escola da zona rural, não havia transporte escolar naquela época. As crianças concluíam a 4ª série do ensino fundamental e se viam obrigadas a parar de estudar... Convoquei os pais e fomos ao prefeito reivindicar... Conseguimos... Vi que era possível e decidi concorrer. Fui vereadora por três mandatos e prefeita. Agora sei como é difícil, mas continuo buscando possibilidades de ajudar aos que precisam. (PREFEITA 2)

Através da militância em cargo de vereadora galgou o caminho para exercer sua liderança onde pudesse colaborar com a comunidade. Percebeu-se uma preocupação em ser bem interpretada, quando se falou em construção de identidades e a respeito das competências importantes para o exercício do cargo, conforme explica a prefeita 3.

Sou uma pessoa que gosto de comunicar, gosto que as coisas aconteçam. Eu vou buscar, eu corro atrás, eu participo não me omito, eu gosto de estar à frente. Gosto do atendimento social que faço, acho que é um conjunto que leva um político a se sustentar. No entanto, você tem que ter conhecimento, não dou muita importância ao que dizem de mim do lado negativo, no momento que eu sei o que quero alcançar e qual é o meu desejo. Eu tenho dito sempre: é só Deus que conhece minhas intenções.

A política tem sido atrelada a políticos corruptos e de má conduta e as prefeitas sentem-se “incomodadas” com essa ideia. Pateman (1992, p. 139) ocupa-se em buscar resposta para explicar o lugar da “participação” na teoria da democracia moderna.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Acredita-se que, ao empregar as diversas oportunidades de participação, o indivíduo possui mais condições de se educar como cidadão público. Segundo a autora, “se aqueles que acabam de chegar à arena política tivessem sido previamente ‘educados’ para ela, sua participação não representaria perigo algum para a estabilidade do sistema”. Elas se queixam, também, da falta de credibilidade atribuída à “figura” do político.

A imagem do político, infelizmente, está destruída. O político é o vilão, sempre. Nos valores que a gente vive, está se configurando a figura do político como mau e isso vai se perpetuando... Na constituição do país que nós temos, é imprescindível a figura do político, é uma coisa salutar, é democrático, mas infelizmente eu não sei se, no futuro, uma pessoa de bem vai querer se arvorar, arriscar e se interessar a se candidatar a cargos dessa natureza. Você perde nome, referência, privacidade, em cima de um ideal, de um sonho... (PREFEITA 5).

Persiste a preocupação em elucidar questões da administração voltada para resultados e descentralização das ações técnicas.

Sei que não entendo de tudo. Por isso, não tenho políticos exercendo funções técnicas. Tenho bons técnicos no quadro, principalmente nas secretarias, como na educação, na saúde, em administração, que são secretarias de vital importância para que o serviço flua. O importante na política é ter o compromisso com o povo, firmeza nas ações e responsabilidade (PREFEITA 3).

Pelo fato de existir corrupção, congrega-se a esse “perigo” a simplicidade e a falta de qualificação para o cargo. A existência de uma correlação entre “ingenuidade” e “despreparo” foi o que detectou a prefeita 5, ao falar da necessidade de profissionalizar a política, como discorre a seguir.

Nossa moral perpassa por ingenuidade e pela falta de conhecimento. Aí você passa a depender de técnicos... Não se sabe das intenções e começa a ficar refém... Será que possuem boa fé? Já quebrei muito minha “cara”, por isso sou assídua às buscas de conhecimentos e informações para me assegurar livre desse perigo, eu nunca tive uma conta rejeitada. Sou criteriosa em promover e acompanhar os técnicos, ver como estão fazendo, procuro debater e ampliar o diálogo, utilizo a comunicação para, pelo menos, minimizar os erros.

Em sua fala é sutil, mas nas entrelinhas percebe-se claramente a busca pelo empoderamento. Através do conhecimento técnico e do acompanhamento dos profissionais a prefeita está esforçando-se para exercer o seu poder. Incomoda a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ineficiência da gestão pública. Em comparação com empresas privadas, o serviço público é merecedor de críticas. As coisas não funcionam e o investimento torna-se dissipado, pois não atendem ao público destinado. É o que constata a prefeita 6 sobre a administração pública no Brasil e no seu município.

O problema da administração pública é a falta de qualificação dos gestores públicos. Falo do Brasil porque é aqui que a gente mora e falo do meu município em particular, onde a gente tem muitos recursos desperdiçados, mal empregados. Eu fico muito triste ao ver a diferença, por exemplo, entre construção de uma escola feita por uma empresa particular e uma pública. O poder público faz mal feito e não funciona. Não quero dizer que sou melhor que ninguém, mas entendo que as coisas não acontecem como acho que devem acontecer.

A conveniência de intervir nas políticas públicas do município, ou simplesmente de decidir por algumas prioridades no intuito de ajudar às pessoas é o desejo mais visível no discurso das prefeitas. Em seu comentário, a prefeita 5 classifica um desses momentos como o “mais maravilhoso” de sua vida.

A oportunidade de servir ao próximo, de verdade. Vivi momentos ímpares em minha vida. A coisa mais importante na carreira política foi a possibilidade de poder ajudar aqueles que mais precisam, olhar no olho do eleitor e sentir o carinho, o respeito dele por você, a esperança. No ano passado, construímos 287 casas, foi o momento mais maravilhoso da minha vida, entregar aquelas chaves... Eu sou apaixonada, eu sou suspeita para falar.

As repercussões que o cargo provê na vida de uma pessoa são imensas. É percebida naturalidade nas expressões: trabalho, cansaço, dificuldade, falta de recursos, mas também de alegria e gratificação.

A função de prefeita mudou minha vida. Modifica totalmente... A gente perde a privacidade, deixa de ser família para ser do povo. Mas em relação à posição e *status* não mudou nada. O que na realidade é gratificante na condição de prefeita é a possibilidade de poder fazer. Só quem passa é quem sabe, pelo menos é o que estou sentindo. Chegar a uma localidade e poder dar solução aos problemas daqueles que precisam ... (PREFEITA 3)

A chance de consolidar as necessidades das pessoas e reverter em ações é a fonte de contentamento das prefeitas, conforme conta a prefeita 1 “A experiência foi muito boa, porque tem muitas coisas que você realiza que são gratificantes, por exemplo, você melhorar a educação na sua cidade, de seu povo é muito bom e isso eu consegui fazer”.

É visível a satisfação pelas conquistas e pelo cumprimento do dever. A realização de ações em favor daqueles que precisam. É evidenciada nas falas como fruto



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

de realizações, até certo ponto pessoais. Certamente, o depoimento a seguir é um, entre outros, que poderiam ser obtidos por mulheres que tiveram sua iniciação política no âmbito familiar ou foram influenciadas por ele.

Sou de uma família de tradição política, tios, irmão e primos. Foi a razão da escolha do meu nome para a candidatura [...]. Eu sei que aquelas descontentes fazem muitas críticas da gente. Piadinhas são constantes, quanto mais na época da eleição [...]. Mas eu não me importo, procuro não dar atenção e sigo em frente. Acredito que o fato de ser mulher até ajudou. As pessoas estavam ávidas por mudanças e eu fui vista pela maioria dos eleitores como a possibilidade de inovar (PREFEITA 4).

O fato de ser criticada não é levado em conta pela prefeita, pois ela reconhece que é a forma que pessoas mal intencionadas têm para opor a sua personalidade é procurando intimidá-la. “Já sofri muita discriminação. Na época em que entrei era motivo de riso, de piada, de crítica. Até meu marido achava que não ia dar certo” (PREFEITA 5). Ela resgata aspectos interessantes sobre o preconceito e as discriminações que foi vítima, inclusive dentro do próprio grupo. Foi necessário “provar” sua capacidade, para que pudessem acreditar no seu discurso e na capacidade de decidir por conta própria, sem ser corrompida pelo outros, que segundo ela, é o que pensava muitos eleitores.

No município tinha o fenômeno emocional e a cultura regional do cacau, a mulher é uma figura parda. Teve gente do grupo que se indignava, me viam como a esposa do médico e não imaginavam que uma mulher pudesse vir a ser, e “quebraram a cara”. Diziam: “Com essa carinha, a senhora não é mole!...”

Quanto à atribuição de valores referentes à importância da mulher na política e às diferenças entre mulheres e homens nessa atuação, a prefeita 3 entende que há disparidades na forma de governar das mulheres, conforme declara.

Têm situações que a mulher tem vantagem em relação aos homens. Eu entro fácil em qualquer residência, no quarto de uma pessoa doente, embora existam outras barreiras como o bar Acho que a mulher tem esse lado, o lado da mãe, se colocando no lugar do outro... Quando recebo uma mãe sem ter o que dar de comer a um filho, eu me coloco no lugar dela, o que acho que os homens não sentem da mesma maneira... Quando passo na praça e vejo o jardim sujo, e coisas desse tipo, procuro logo solucionar aqueles problemas.

As prefeitas procuram assinalar a singularidade do desempenho definido como expressão de autonomia. Preocupam-se que recaiam sobre elas acusações de incompetência derivada da hierarquização de gênero. Atribuem as suas qualidades



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

diferenciais e projetam intenções sobre contextos em que atuam. Tendem a aceitar e a acentuar as diferenças culturalmente atribuídas a uma natureza feminina e outra masculina, seja pela contraposição ou adesão, conforme relata a prefeita 5.

Eu gostaria que pelo menos 50% das prefeituras fossem administradas por mulheres. Acho que nós vivemos administrando crises, seja de casamento, de filhos, estamos carregando nas costas.... Nós mulheres temos maior carinho pelas coisas, a vaidade, procuramos dar o melhor de nós.

Prosseguindo sua fala, a prefeita demonstra “qualidades” que pressupõe que outras mulheres, por serem mães, devem possuir. Atributos que, para ela, devem ser transferidos para a esfera pública, ou seja, para as atividades políticas.

O meu senso de seriedade com o erário público perpassa por essas pequenas questões. Eu não quero jamais que um filho meu tenha vergonha da mãe que tem. O que eu entendo das mulheres na política é a possibilidade de melhor transposição em administrar as crises permanentes. De certa forma, querendo sobrepor, a gente procura dar o melhor de nós. Se eu sou séria como pessoa, ainda mais com as coisas públicas. O meu senso de seriedade com o erário público perpassa pela minha condição de mãe e de educadora, de ser e de dar o exemplo (PREFEITA 5).

No fala das prefeitas 3 e 5, percebe-se uma visão estereotipada de “papéis femininos” na sua atuação na esfera pública. Dietz (2001, p.66) adverte sobre as virtudes que surgem da prática social da maternidade não devem ser inspiradas como valores que conformem a prática política da cidadania. “a única prática que pode gerar e reforçar esta consciência não é a maternidade, mas a prática da atuação política, do compromisso com outros cidadãos para determinar e perseguir interesses individuais e comunitários em relação ao bem público.”

Para Costa (1988, p. 49), na sociedade atual ainda prevalece estereótipos mantidos pelo sistema patriarcal, que caracterizam a “personalidade feminina”, como emotividade, conservadorismo, passividade, instinto que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas. O bom senso evita preconceitos e estereótipos, no geral é mais adequado pressupor que a mulher não é pior nem melhor que o homem. A comparação inocente entre sexos não faz parte de uma avaliação, cada caso deve ser verificado de forma individualizada, a seguir, a prefeita 1 comenta.

Eu acho que toda regra tem exceção. Acho que têm homens que são dedicados, organizados, trabalhadores e como tem muitas mulheres desse jeito. A mulher por ser mãe e sempre ser gestora, digamos assim, por ser



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

uma dona de casa, ela sempre está administrando alguma coisa, a casa, o orçamento, os filhos.

A prefeita 2 declara que é preciso muita “coragem e determinação para enfrentar os preconceitos e a consciência de que as mulheres também são capazes”, já no discurso da prefeita 5, tudo parece interligar-se a múltiplas temporalidades: passado, presente e futuro. Sente-se frustrada por não conseguir cumprir tudo o que desejou, cansada e sem ânimo para enfrentar novos desafios, mas persiste a necessidade de prosseguir, uma vez que as experiências e as vitórias acumuladas se constituem parte importante da história particular e coletiva (grupo), dentro de governo de muitos (democracia). A possibilidade de continuar e defender uma causa, como ela declara abaixo.

Tive a intenção de ser deputada, porque eu defendo uma causa regional... Já têm mais de 20 anos que choramos sobre o mesmo tema. No entanto, permanecemos sem representação. Tínhamos que eleger uma bancada que falasse a linguagem do cacau. Eu não posso querer que alguém da caatinga vá lutar pelo cacau, ele pode até se simpatizar pela causa, mas não vai brigar, porque não está “doendo no pé dele”.

A impressão de dificuldade se contrapõe com a responsabilidade em se manter forte, atendendo aos objetivos do grupo. A prefeita sente-se imersa em uma trama coletiva, na qual ela é uma “peça” fundamental na engrenagem e na forma de reatar os fios que tecem uma rede de interesses, fazendo com que seus desejos de cunho pessoal sejam esquecidos em virtude dos coletivos. A possibilidade de ir para a reeleição deixa de ser simplesmente uma escolha para ser uma “imposição”, renunciar a isso é como se estivesse isentando de seus compromissos.

Considerações Finais

O estudo permitiu evidenciar que não somente trata de uma questão de direitos, mas da necessidade das mulheres contribuírem com os rumos da sociedade, em benefício próprio, daquelas que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social, como também das demais pessoas, sejam crianças, adultos e idosos. Afinal, a maior participação feminina nos quadros burocráticos e políticos, dentro do processo contemporâneo, não só indicam uma efetiva cidadania, espaços conquistados, como comprometimento, empenho e responsabilização pelos problemas da humanidade na construção de um mundo melhor e mais igualitário. Exercer o direito de participar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

plenamente do processo de tomada de decisões públicas não é apenas uma questão de justiça democrática, mas de inclusão social e eliminação de discriminação contra a mulher (BARBOSA, 2011, p. 26).

Considerando esses aspectos e no intuito de responder à questão proposta foi analisada nesse trabalho a participação das mulheres em cargo de representatividade na política municipal, especificamente de prefeita, no Estado da Bahia, período de 2005-2008. O método utilizado consistiu em verificar quem eram essas mulheres, como se inseriram nesse contexto, quais foram as trajetórias, suas bandeiras defraudadas e o enfrentamento de desafios e vitórias conquistadas. Seus depoimentos ajudaram a elucidar e compreender os esforços empreendidos no cotidiano. As implicações foram relevantes ao detectar que, apesar de muitas serem “herdeiras”¹ políticas e/ou terem se inserido na política por acaso ou atendendo a convites, o exercício do cargo possibilitou o interesse e o entusiasmo pela causa pública, fazendo-se engajar na militância.

Pelos números é possível perceber o aumento de mulheres no poder executivo local, reforçando a consolidação democrática brasileira, mas o ritmo e a efetiva participação ainda requerem maiores ações afirmativas” (CAVALCANTI e BARBOSA, 2011, p. 149). Elas têm se sobressaído no processo de consolidação da democracia no Brasil, o fenômeno é constatado principalmente nos municípios que tiveram a experiência de eleger mulheres anteriormente. A partir do momento em que uma se elege, outras se interessam e participam mais ativamente do processo democrático, demonstrando que a governabilidade é possível e, embora de forma tímida, o empoderamento já faz parte do cotidiano de algumas delas.

Referências

ARENDDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARBOSA, Cláudia de Faria e CAVALCANTI, Vanessa. Disparidades de gênero na política local brasileira: ranços e avanços, p. 135 a 156. In: SMITH, Yamile Delgado e GONZÁLES, María Cristina (Coord.) **Mujeres em el mundo: colonialismo, racismo, redes, violencia de género, política y ciudadanía**, Universidade de Carabobo: Valencia, Venezuela, 2011.

¹ Esse assunto foi aprofundado na dissertação de mestrado da autora, com o título: “Famílias: pressuposto para a política local. Sombra ou alicerce?” defendida em 2008 na Universidade Católica do Salvador.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

BARBOSA, Claudia de Faria. **Mulheres na política**: um caminho transitável? *Conjuntura & Planejamento*, v. 168, p. 21-28, Salvador, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cep/c&p_168_esp.zip>

BARBOSA, Claudia de Faria. **Famílias pressupostos para política local**: sombra ou alicerce? (Dissertação de Mestrado), Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 193-216.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. Gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador. Florianópolis: *Estudos Feministas*, n. 0, 1992, p. 57 – 73.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Escritura & Memória na formação de mulheres entre 1870 e 1940. *História & Perspectivas*. Uberlândia, 153-176. Jul./Dez. 2004.

CHAUI, Marilena. **Participando do debate sobre mulher e violência**. Perspectivas Antropológicas da Mulher 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1984.

DIETZ, Mary. Cidadania com cara feminista. *Debate Feminista* (n. especial). México, 2001, p. 55–78.

DOLHNIKOFF, Miriam. Império e Governo Representativo: uma releitura. *Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA*. Salvador, UFBA, 2008, p. 13 a 23.

FREITAS, Andréa. Infidelidade Partidária e Representação Política. *Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA*. Salvador, UFBA, 2008, p. 37 a 45.

GIDDENS, Antony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Fundação Editora da UNESP, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

PALMEIRA, Moacir. **Política, facções e voto**. In PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. (Orgs.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PHILLIPS Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1/2001, v. 9, p.268-290, 2001.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

STOLKE, Verena. **La Mujer es puro cuento**: la cultura del gênero. Florianópolis: Estudos Feministas, 12(2):264, maio-agosto/2004, p. 77-105.

UNIFEM. Relatório sobre o progresso das mulheres do mundo 2008/2009. **Quem responde às mulheres?** Gênero e responsabilização. Disponível em: <www.unifem.org/progress/2008/media/port-powww-ExecutivesSummary.pdf> Acesso em 04 de abril 2009.